



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACC  
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

DÉBORA DA CRUZ NEVES

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ORÇAMENTO  
DOMÉSTICO E PADRÃO DE CONSUMO FAMILIAR**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

RIO DE JANEIRO

2022

DÉBORA DA CRUZ NEVES

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ORÇAMENTO  
DOMÉSTICO E PADRÃO DE CONSUMO FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Administração,  
como parte à obtenção do título de  
Bacharel em Administração, da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Renato N. Bittencourt

RIO DE JANEIRO

2022

<http://www.sibi.ufrj.br/index.php/manuais-e-publicacoes/48-manual-de-ficha-catalografica>



Ministério da Educação  
**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
Campus Praia Vermelha  
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis  
Graduação em Administração



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO

---

## TERMO DE APROVAÇÃO

### OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ORÇAMENTO DOMÉSTICO E PADRÃO DE CONSUMO FAMILIAR

por

DÉBORA DA CRUZ NEVES

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi apresentado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. O (a) candidato(a) foi arguido(a) pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof. Renato N. Bittencourt  
Prof. Orientador, MSc

---

Membro titular

---

Membro titular

Dedico este trabalho à minha mãe, pela mulher forte, corajosa e batalhadora que foi na qual, com certeza, está orgulhosa de mim de onde estiver. Que um dia nos reencontremos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus por ter me sustentado até aqui, mesmo com todas as adversidades esteve ao meu lado me dando forças para continuar e não desistir.

Ao meu marido Raphael Dantas, que me motivou a nunca abdicar dos meus sonhos, mesmo quando tudo estava muito difícil e achava que não conseguiria aguentar. Que sempre esteve lá para me dar apoio e me alegrar no meio da tormenta.

Agradeço ao meu orientador Prof. Renato N. Bittencourt, pela sabedoria, persistência e empatia com que me guiou nesta trajetória.

À minha filha Alice Dantas que é a minha maior inspiração de me tornar alguém melhor.

À minha cachorrinha Amora e minha gatinha Cookie que sempre me alegam com seu amor incondicional.

E à todos os que contribuíram, de alguma forma, para a realização desta pesquisa.

"A persistência é o caminho do êxito."  
(Charles Chaplin)

## RESUMO

**Palavras-chave:** Pandemia. Covid-19. Economia doméstica.



## ABSTRACT

**Keywords:** Pandemic. Covid-19. Domestic economy.

## Sumário

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>13</b>
1.1 INTRODUÇÃO.....	13
1.2 JUSTIFICATIVA.....	14
1.3 OBJETIVO GERAL.....	14
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	15
1.6 METODOLOGIA.....	15
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>18</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO.....	18
2.1.1 Taxa de desocupação da população economicamente ativa .....	18
2.1.2 Setores de atividade e categorias de trabalho .....	20
2.1.3 Rendimento médio.....	22
2.2 PANDEMIA DE COVID-19.....	25
2.3 MEDIDAS PARA A CONTENÇÃO DO NOVO CORONAVIRUS.....	28
2.4 CENÁRIO ECONÔMICO .....	29
<b>3 ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>32</b>
3.1 A CIDADE DO RIO DE JANEIRO .....	32
3.2 COLETA DE DADOS.....	32
3.3 PERFIL DOS PARTICIPANTES .....	34
3.4 IDENTIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO FAMILIAR.....	35
3.5 PERFIL ECONOMICO DOS PARTICIPANTES .....	36
3.6 PERFIL SOCIOECONOMICO DO PARTICIPANTE DURANTE A PANDEMIA.....	38
3.7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	42
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 1.1 INTRODUÇÃO

O conceito de economia doméstica foi introduzido no Brasil no início do século XX após ocorrer a Revolução Industrial tardia no país. Com a migração para as cidades, um dos principais objetivos era garantir a sobrevivência das famílias visto que o governo considerava a falência delas como a falência da própria sociedade (JUNIOR, 2013).

A ideia de “paraíso familiar” era a do espaço sustentado pelo esforço do chefe de família e zelado pelo cuidado das mulheres integrantes. Inicialmente, a economia doméstica era uma ciência essencialmente feminina abordada dentro do conceito de “educação para o lar”, entretanto, com o passar dos anos teve seu conteúdo reestruturado para atender às novas demandas sociais e ao novo modelo familiar (JUNIOR, 2013; BIROLI, 2014).

A industrialização ajudou a moldar o espaço doméstico promovendo novas dinâmicas e hierarquias entre os integrantes diluindo esse pensamento e a tradicional autoridade masculina. As mulheres conquistaram autonomia e espaço no mercado de trabalho, passando a auxiliar na renda da família e até serem as provedoras principais (BIROLI, 2014). Isso certamente abalou profundamente a ideologia patriarcal que usualmente coloca o homem no centro do poder.

Durante o ano de 2020, houve grande redução das atividades econômicas em todo o mundo devido pandemia de Covid-19, que possui alta transmissibilidade, pois a principal medida de contenção da contaminação é o isolamento social, incluindo o fechamento de lojas e indústrias. Como reflexo desse efeito, houve falência de empresas cujas reservas financeiras esgotaram, provocando um impacto tanto na arrecadação que poderia ser destinada ao setor de saúde quanto nas famílias e indivíduos, que viram uma queda na renda durante a pandemia (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020; LEMOS; ALMEIDA-FILHO; FIRMO, 2020).

O colapso foi registrado em diversas partes do mundo e pode ser comparado à crise econômica de 2008 e à grande depressão de 1930 devido sua intensidade e rapidez (JUNIOR; SANTA RITA, 2020). Tendo em vista que além das instituições financeiras e das empresas, a sobrevivência das famílias também é um aspecto decisivo na eficácia das intervenções governamentais, é preciso entender os impactos

da pandemia sobre sua população para subsidiar processos decisórios e realizar intervenções.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Para conter o número de infecções, foram impostas medidas de isolamento social que provocaram alta queda na atividade econômica brasileira, gerando desemprego e impactando diretamente na renda das famílias, o que ressaltou a fragilidade da economia e colocou em evidência as diferenças sociais pré-existentes (GULLO, 2020).

Como país em desenvolvimento, o Brasil é marcado pela desigualdade socioeconômica. Segundo o IPEA (2017), 40% das famílias são chefiadas por mulheres, porém na escala de remuneração estas ganham menos que os homens e a situação é mais preocupante quando feito recorte por raça: “homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras”.

Mapear os impactos nos rendimentos e padrões de consumo domésticos com recorte sociodemográfico auxilia na avaliação dos perfis mais prejudicados pelo isolamento e na efetividade de políticas públicas de combate à desigualdade e fomento da economia.

## 1.3 OBJETIVO GERAL

Identificar os impactos das medidas de isolamento na Pandemia de Covid-19 sobre o orçamento doméstico e o padrão de consumo das famílias da cidade do Rio de Janeiro.

## 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atingir o objetivo principal, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as medidas de isolamento impostas na cidade do Rio de Janeiro durante a Pandemia;

- Caracterizar a composição das famílias cariocas e sua renda média;
- Mapear o padrão de consumo das famílias cariocas antes e durante a pandemia;

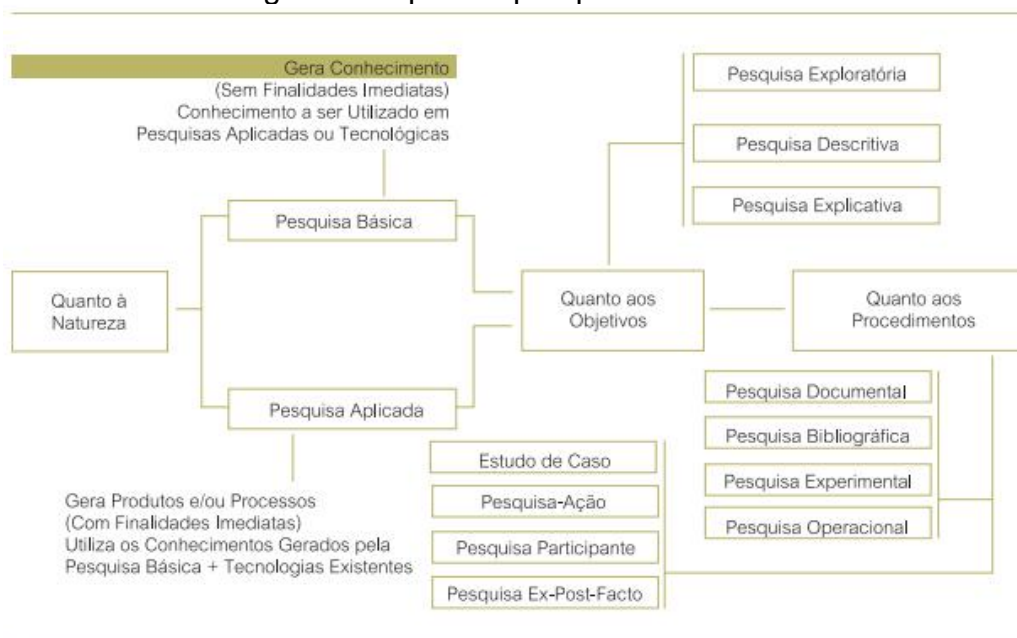
## 1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

As medidas de isolamento foram impostas em todo território nacional, entretanto, cada unidade federativa tem autonomia para decretar *lockdown* (fechamento total de atividades não essenciais) ou estipular fases e horários para funcionamento do mesmo. Desta forma, o presente trabalho foi delimitado ao município do Rio de Janeiro, que por meio do Decreto nº 47.247, de 13 de Março de 2020, alterou os regimes de trabalho em virtude da pandemia e em 17 de Março declarou estado de emergência (RIO DE JANEIRO, 2020).

## 1.6 METODOLOGIA

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), existem diversas formas de qualificar uma pesquisa científica, dentre elas, destacam-se as classificações quanto à natureza, aos objetivos e aos procedimentos, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Tipos de pesquisas científicas



Fonte: Prodanov e Freitas (2013)

Quanto à natureza, a presente pesquisa classifica-se como aplicada, visto que gera conhecimentos que podem ser utilizados para gerar soluções direcionadas a comunidade local. Por observar os fatos e suas relações sem interferência do pesquisador, quanto aos objetivos, é denominada pesquisa descritiva (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Entende-se por procedimentos a forma como são coletados e analisados os dados para desenvolvimento do trabalho. Seguindo as classificações dadas por Prodanov e Freitas (2013), quanto aos procedimentos esta dissertação é sustentada pela análise de fontes da literatura científica que permitirão a busca de informações relevantes, classificando-se como pesquisa bibliográfica e documental, visto que, além dos artigos publicados, as fontes também estão contidas em documentos oficiais como legislação municipal e boletins informativos dos Ministérios da Saúde e da Economia. Cabe também ressaltar a necessidade da elaboração de um estudo de caso com questionário estruturado aplicado às famílias para verificação dos impactos da pandemia sobre a economia doméstica.

O universo e a amostra delimitam e contextualizam o assunto do estudo. Vergara (2013) afirma que o universo consiste em um conjunto abrangente de elementos, cujas características são objetos da pesquisa, que neste caso é a Economia Doméstica. A amostra é uma pequena parte do universo que segue um determinado critério estabelecido pelo pesquisador e deve possuir, pelo menos, um critério em comum, neste caso consiste em famílias da cidade do Rio de Janeiro.

Inicialmente é necessária a coleta de informações nas plataformas Periódicos CAPES e Google Scholar para embasamento teórico do trabalho. Como critérios de busca foram adotados: artigos indexados, monografias, dissertações, teses e livros publicados entre 2010 e 2020, cujas temáticas abordem economia doméstica, economia brasileira, economia mundial e COVID-19. Dados documentais como legislação e boletins informativos foram consultados diretamente em sites oficiais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e do Governo Federal.

Na etapa posterior, para construção do estudo de caso, é apresentada a caracterização socioeconômica da cidade do Rio de Janeiro e as medidas de isolamento social impostas na região. A fim de demonstrar os impactos na economia, foi aplicado questionário estruturado composto por 26 perguntas de cunho fechado e discutidos os resultados obtidos.

Esta dissertação é estruturada em quatro capítulos, sendo eles:

- Capítulo 1: Consiste nas considerações iniciais do trabalho, composto pela introdução, apresentação do problema e definição dos objetivos e metodologia;
- Capítulo 2: Fundamentação teórica do trabalho com aprofundamento de temas como Pandemia de Covid-19, Medidas para a contenção do novo coronavírus e cenário econômico brasileiro;
- Capítulo 3: Consiste na apresentação do estudo de caso com a caracterização da cidade escolhida, apresentação do questionário estruturado, mapeamento do perfil dos participantes do questionário tanto familiar quanto econômico e seu padrão de consumo, e discussão dos resultados;
- Capítulo 4: Considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este Capítulo tem por objetivo fornecer subsídios para embasamento teórico do trabalho e esclarecer ao leitor os principais conceitos abordados.

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

#### 2.1.1 Taxa de desocupação da população economicamente ativa

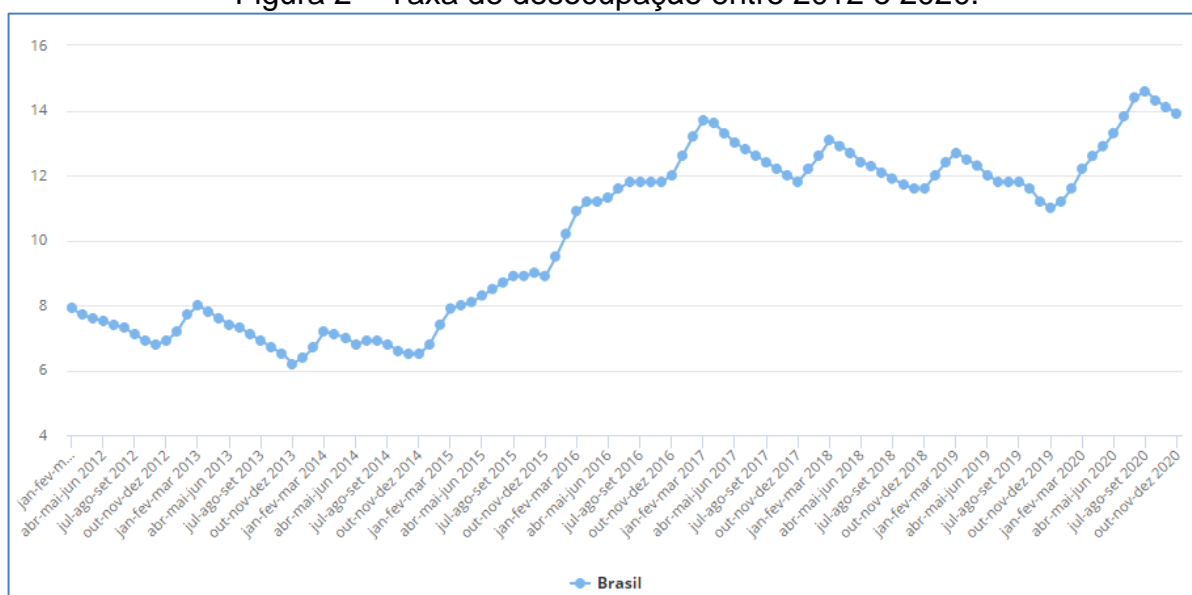
O Brasil possui um mercado de trabalho heterogêneo que permite o reconhecimento de atividades informais como setor de trabalho. Desde a década de 1990, inúmeras políticas públicas foram criadas para combater ao desemprego, que afeta principalmente pessoas jovens, com média e baixa escolaridade, mulheres e negros. Tais políticas buscam melhorar não somente a oferta de vagas, mas também as condições de trabalho, impactando diretamente no funcionamento do mercado e na proteção dos rendimentos do trabalhador (CUNHA *et al*, 2014).

A qualidade e quantidade dos dados são essenciais para obter maior precisão dos índices que servirão de subsídio às ações governamentais. Neste contexto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) era uma aliada importante na obtenção de dados para caracterizar o mercado de trabalho. A PNAD Contínua, implantada em 2012, substituiu definitivamente a PNAD anterior em 2016, e passou a divulgar conjuntos de dados mais restritos com maior frequência, que pode ser mensal, trimestral, anual ou variável (IBGE, 2021).

De 2017 a 2019, a PNAD contínua apresentou dados onde cerca de 62% da população encontrava-se inserida na força de trabalho e 38% fora dela, esta variável em conjunto com as taxas de ocupação e desocupação auxiliam na criação de um panorama sobre o desemprego e a informalidade. A Figura 2, a seguir, apresenta uma série de dados histórica da taxa de desocupação entre o primeiro trimestre de 2012 e o último trimestre de 2020.



Figura 2 – Taxa de desocupação entre 2012 e 2020.



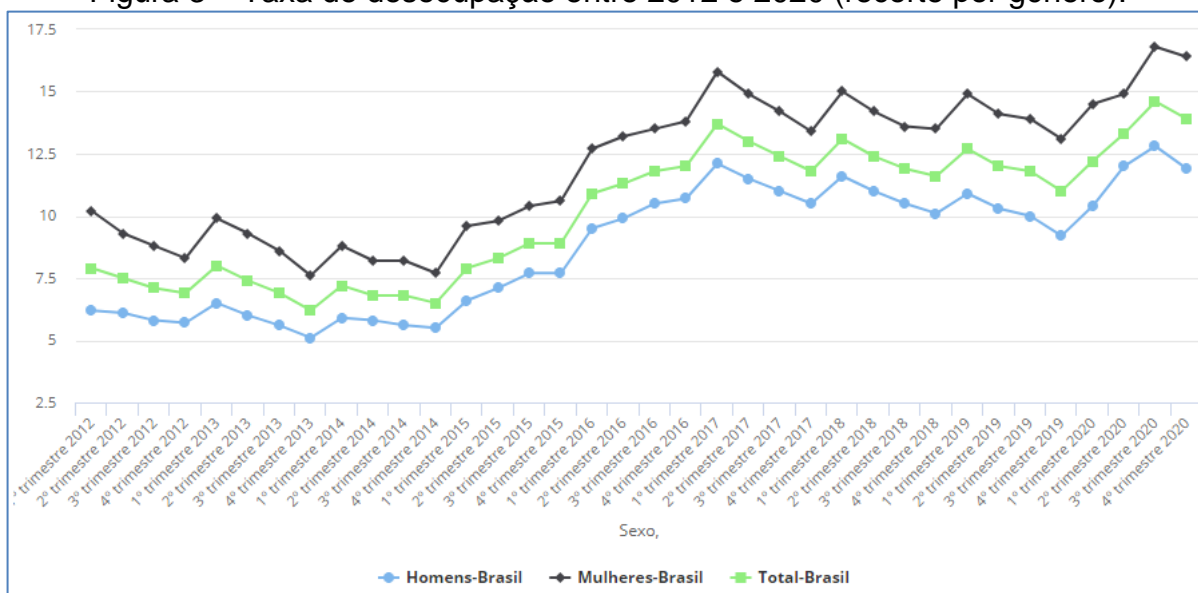
Fonte: IBGE (2021)

Percebe-se um forte crescimento da desocupação da população economicamente ativa (PEA) a partir de 2015, quando uma crise econômica pré-Covid começou a emergir. Em 2018, essa taxa se estabilizou em 12% e afetou todo o mercado de trabalho, resultando no dobro do número de desempregados em relação a 2012 (MATTEI; HEINEN, 2020).

Mundialmente, em relação às disparidades de gênero encontradas na população economicamente ativa, observa-se que o percentual de participação das mulheres no mercado gira em torno de 27% abaixo das oportunidades oferecidas a homens no mundo. Devido à crise econômica de 2015, este número sofreu poucas modificações dada a carência de postos de emprego. Contudo, houve uma diminuição gradual destas disparidades de oferta na Europa Ocidental, uma vez que as mulheres mantiveram a continuidade de ocupação no mercado de trabalho em países desenvolvidos (OIT, 2016).

Na Figura 3, a seguir, contém a taxa de desocupação brasileira com recorte por gênero, onde possível constatar as discrepâncias mencionadas na literatura.

Figura 3 – Taxa de desocupação entre 2012 e 2020 (recorte por gênero).



Fonte: IBGE (2021)

No gráfico apresentado, percebe-se que a taxa de desocupação feminina é superior à média nacional e à masculina em todo o período analisado. Em um relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) consta que as mulheres possuem mais probabilidade de ficarem desempregadas do que os homens, chegando a uma taxa global de desemprego de 6,2%. Quanto ao vínculo empregatício, ainda é uma grande preocupação o trabalho informal e seus reflexos na qualidade do emprego, onde cerca de 40% das mulheres que se encontram nesta situação não contribuem para nenhum tipo de sistema de proteção social, podendo este percentual chegar aos 70% em países subdesenvolvidos (OIT, 2016).

### 2.1.2 Setores de atividade e categorias de trabalho

A macroeconomia brasileira sofreu intensas modificações durante os anos 1990 e início dos anos 2000, dentre elas, a revolução tecnológica e organizacional, abertura de economia e a estabilização da moeda, que colaboraram para o crescimento do número de empregos no setor de serviços e a realocação dos setores de trabalho. Porém, junto com o aumento de empregos formais, cresceu também a informalidade, cuja elevação é histórica e estrutural no país (CUNHA *et al*, 2014).

O Quadro 1 demonstra os valores absolutos e relativos da força de trabalho com relação a ocupação e categoria de emprego.

Quadro 1 – Quantitativo da força de trabalho por ocupação e categoria

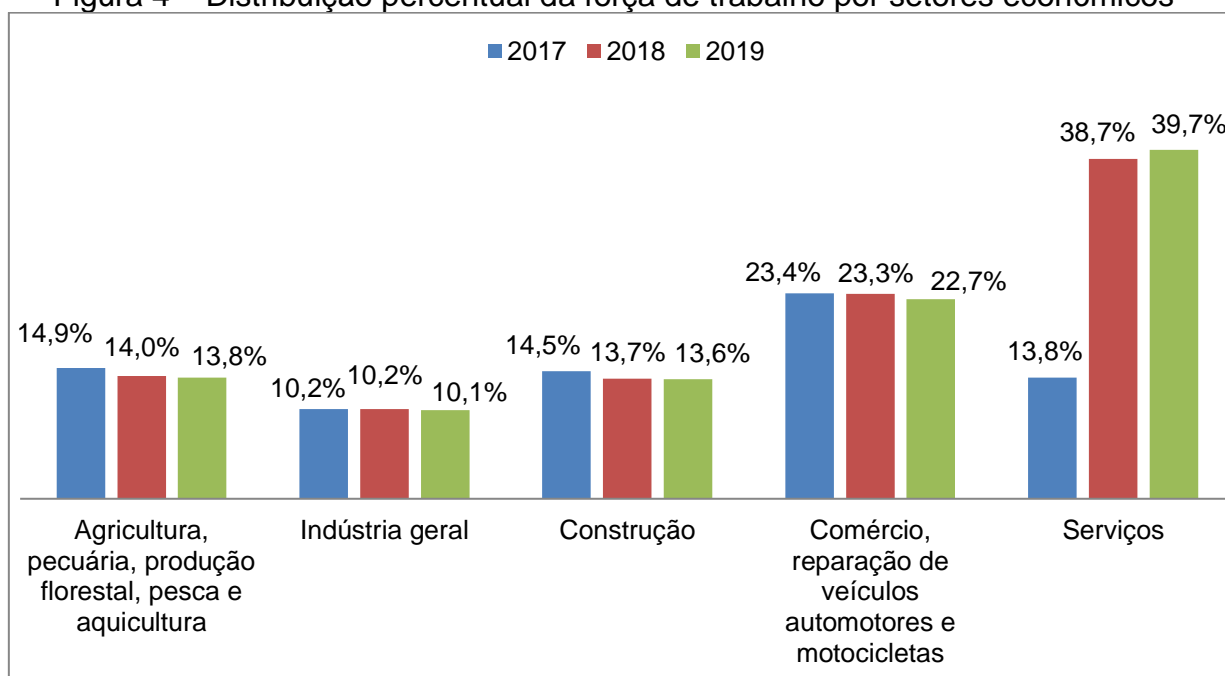
		2017	2018	2019	Acumulado
Empregado no setor privado com carteira assinada	Abs.	33.098	32.836	33.909	99.843
	%	36.3	35.6	35.8	35,9%
Empregado no setor privado sem carteira assinada	Abs.	11.061	11.581	12.009	34.651
	%	12.1	12.5	12.7	12,5%
Trabalhador doméstico	Abs.	6.182	6.233	6.212	18.627
	%	6.8	6.8	6.6	6,7%
Empregado no setor público (incluindo estatutários e militares)	Abs.	11.283	11.645	11.642	34.570
	%	12.4	12.6	12.3	12,4%
Empregador	Abs.	4.215	4.484	4.370	13.069
	%	4.6	4.9	4.6	4,7%
Conta própria	Abs.	23.005	23.425	24.416	70.846
	%	25.3	25.4	25.8	25,5%
Trabalhador familiar auxiliar	Abs.	2.228	2.129	2.084	6.441
	%	2.4	2.3	2.2	2,3%

Fonte: Adaptado de IBGE (2021).

Percebe-se que nos últimos três anos houve um aumento no número de trabalhadores por conta própria. Para Mattei e Heinen (2020) isso pode significar que as condições de trabalho foram precarizadas, com aumento de horas trabalhadas e a baixa dos valores médios de remuneração. Os autores destacam que o mercado de trabalho foi flexibilizado para aceitar a informalidade como forma de contornar as altas taxas de desemprego, entretanto, essa categoria possui presença significativa no Brasil e é mais vulnerável a flutuações econômicas, visto que não há qualquer estabilidade. Normalmente, os trabalhadores sujeitos a estas condições tendem a possuir mais de um trabalho para complementar a renda e garantir sua subsistência.

Das ocupações abordadas, predomina o quantitativo de trabalhadores atuantes no setor privado com carteira assinada. Além das ocupações, a PNAD apresenta também os dados por setor de atividade, seja a natureza dele por conta própria ou não, conforme pode ser verificado nos Gráficos da Figura 4.

Figura 4 – Distribuição percentual da força de trabalho por setores econômicos



Fonte: Adaptado de IBGE (2021).

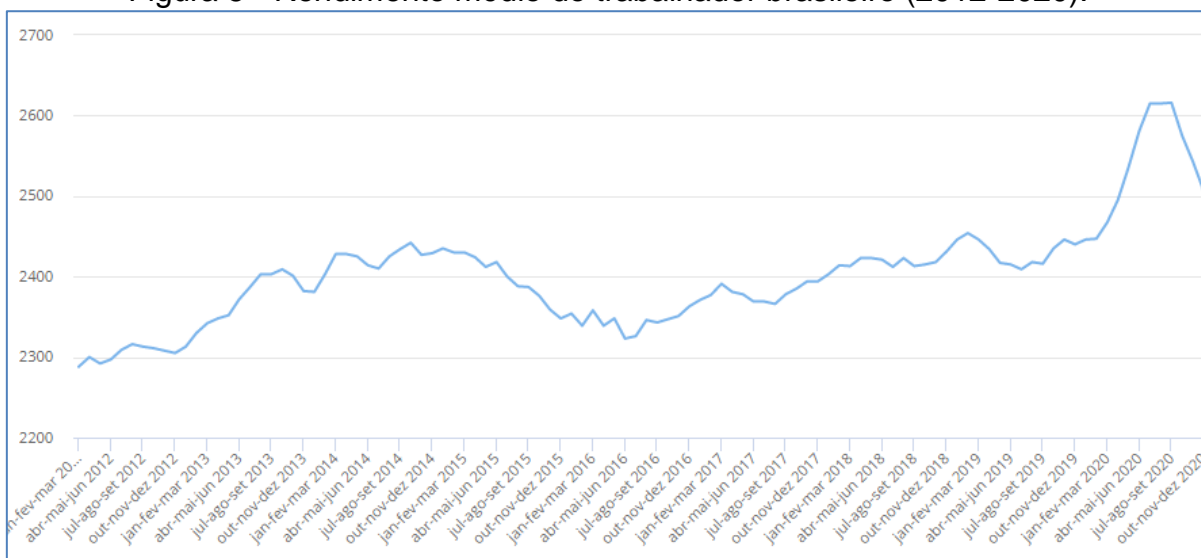
Percebe-se que os setores de atividade que mais empregam são comércio, reparação de veículos, com uma média de 23% por ano e o setor de serviços, que passou por um crescimento expressivo de 2017 para 2018, indo de 13,8% para 38,7%. De acordo com Mattei e Heinen (2020), com o início da crise de 2015, a indústria geral e a construção civil foram responsáveis por um grande número de demissões e a taxa de desemprego só não foi maior graças ao crescimento do setor terciário e os demais relacionados a ele.

### 2.1.3 Rendimento médio

O rendimento médio real consiste na soma ponderada dos valores recebidos pelos ocupados no mês de referência da pesquisa, ele considera não somente os salários formais, mas as rendas dos empregadores e ocupados por conta própria. Sendo a massa de rendimento o produto da multiplicação entre o rendimento e a

população ocupada remunerada (IBGE, 2016). A Figura 5 apresenta os rendimentos médios brasileiros de 2012 a 2020 considerando os trabalhos principais.

Figura 5 - Rendimento médio do trabalhador brasileiro (2012-2020).



Fonte: IBGE (2021).

No início da crise, em 2015, o salário real apresentou queda com recuperação lenta durante 2017 e 2018, que culminou em estagnação durante 2019. Em 2020, apresentou significativa elevação no primeiro trimestre, quando alcançou valores semelhantes aos registrados em 2014 (R\$ 2.300) e superou a marca de 2.600 reais no 2º trimestre, seguida de queda a partir do terceiro.

No estudo realizado por Mattei e Heinen (2020), os autores destacam a gravidade da situação quando feita a segmentação por categorias de emprego e elucidam a problemática com uma tabela com série histórica de 2014 a 2020, conforme o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Rendimento médio por categorias de emprego

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tx a.a.
Empregado no setor privado com carteira assinada	2.213	2.213	2.201	2.211	2.261	2.232	2.252	0,3
Empregado no setor privado sem carteira assinada	1.349	1.324	1.335	1.353	1.308	1.427	1.481	1,6
Trabalhador doméstico	908	933	926	921	939	939	916	0,1

Quadro 2 – Rendimento médio por categorias de emprego (continuação)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tx a.a.
Empregado no setor público como militar ou estatutário	4.025	4.111	3.985	4.121	4.169	4.342	4.281	1,0
Empregado no setor público com carteira assinada	3.128	3.261	3.277	3.491	3.984	3.932	3.879	3,7
Empregado no setor público sem carteira assinada	1.931	1.877	1.941	2.055	1.972	1.972	2.065	1,1
Empregador	6.125	6.258	5.688	5.737	5.694	5.873	6.032	-0,3
Conta própria	1.855	1.847	1.744	1.702	1.726	1.757	1.736	-1,1
Média	2.267	2.293	2.213	2.246	2.266	2.306	2.300	0,2

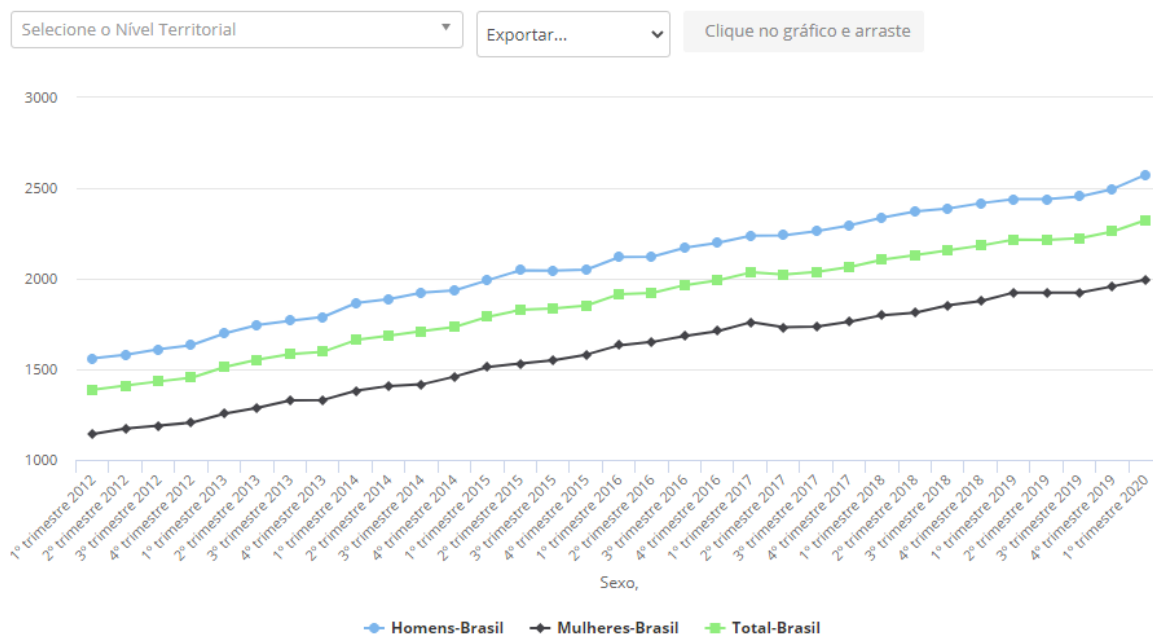
Fonte: Mattei e Heinen (2020).

O número de ocupações por conta própria cresce em paralelo à diminuição da renda. Em reais, esse número atingiu R\$ 1.736 em 2020, sendo superior somente ao de trabalhadores domésticos, com R\$ 916, ou sem carteira assinada no setor privado, com R\$ 1.481. Quanto aos que possui contrato em regime de CLT, o crescimento da média foi de somente 0,3% ao ano, atingindo a marca de R\$ 2.252 em 2020. Os maiores crescimentos e rendas foram percebidos nas categorias de empregadores e de trabalhadores formais do setor público (MATTEI; HEINEN, 2020).

Quando feito recorte por gênero, percebe-se a problemática já abordada que mulheres recebem valores inferiores aos dos homens (Figura 6).

Figura 6 - Rendimento médio do trabalho principal (recorte por gênero)

Rendimento médio do trabalho principal, por sexo, 1º trimestre 2012 - 1º trimestre 2020



Fonte: IBGE (2021).

Baseado nos dados fornecidos pela relação anual de informações sociais (RAIS), o Ministério da Economia destaca que apesar das mulheres possuírem maior nível de formação, ainda ganham menores salários que os homens, principalmente nas faixas mais escolarizadas, com destaque para atividades relacionadas à saúde, ensino, indústria têxtil e administração pública (BRASIL, 2019).

## 2.2 PANDEMIA DE COVID-19

Durante o ano de 2020, o mundo se deparou com a infecção de Covid-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2, culminando em uma pandemia vivida até o momento atual deste ano de 2022, dado este afirmado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O vírus é de fácil disseminação, pode ocorrer entre uma pessoa contaminada, sendo ela sintomática ou assintomática, e outra pessoa através de qualquer contato com as gotículas infectadas do material biológico, ou seja, aperto de mão (caso o infectado tenha coçado os olhos ou o nariz antes), abraço, beijo, saliva, espirro, tosse... através desta forma a curva epidemiológica pode atingir proporções devastadoras.

Quando manifestados, os principais sintomas de Covid-19 são: febre, perda de olfato e paladar, dificuldade para respirar. As medidas preventivas indicadas pela Organização Mundial de Saúde consistem no isolamento social e em ações de medidas sanitárias como a higienização das mãos com álcool em gel, limpeza de superfícies e o uso de máscaras (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

Na ausência de vacinas e de medicamentos específicos e devido à alta transmissibilidade da infecção, as únicas intervenções eficazes para o controle da pandemia são medidas de saúde pública como isolamento, distanciamento social e vigilância dos casos, com o propósito de reduzir o contágio, evitando sofrimento e morte, ao frear a velocidade da pandemia (MEDINA *et al*, 2019, p.1).

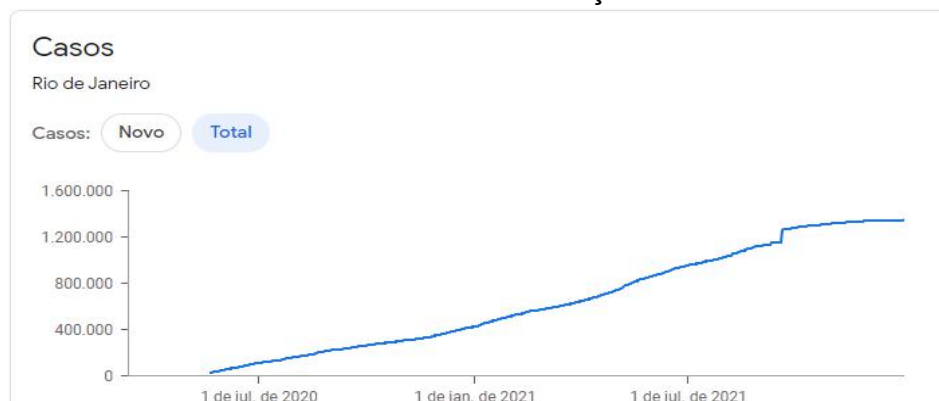
Por conta da alta transmissibilidade, são necessárias medidas que venham conter a contaminação da população, e uma delas é o isolamento social que pode ser vertical ou horizontal e o lockdown. A diferença entre o isolamento vertical e o horizontal é que o primeiro restringe à isolar somente as pessoas que estão dentro do grupo de risco como diabéticos, idosos, quem possui hipertensão, doenças que afetam o sistema respiratório, imunológico ou neurológico, obesos e pessoas com problemas cardíacos, já o horizontal delimita o isolamento de todos, impossibilitando o contato entre as pessoas. O lockdown apenas permite a circulação de pessoas que trabalhem nas áreas consideradas essenciais como saúde, farmácias e supermercados (FRIOCRUZ, 2020).

Todas essas medidas descritas acima afetam de alguma forma a economia, e com isso, os governantes que administram/administravam o Brasil tomaram decisões pensando mais em resguardar a economia do que a população, trazendo grandes consequências para o povo brasileiro, como mostram as Figuras 7 e Figura 8 abaixo.

Percebemos cada vez mais o embate entre a dignidade humana e a lógica do mercado em sua acepção ultraliberal, que não hesita em se acoplar aos parâmetros mais antissociais na sua sanha por rentabilidade. Por conseguinte, vidas são colocadas em risco para que a estrutura do mercado seja abruptamente reaberta. (BITTENCOURT, 2020, p. 241)



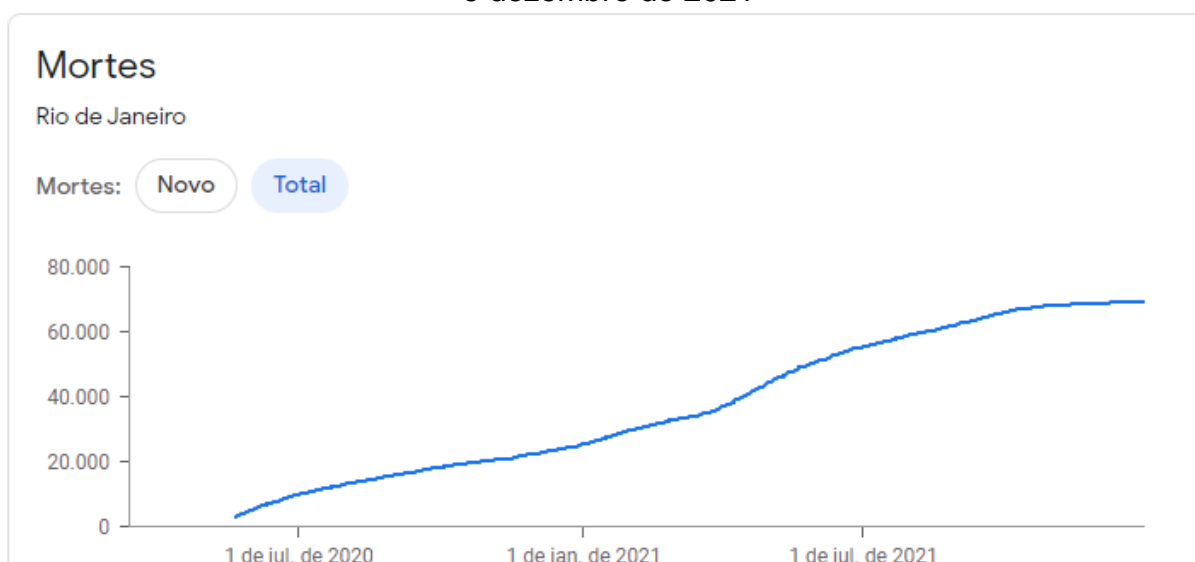
Figura 7 - Nº de casos de Covid-19 entre março de 2020 e dezembro de 2021



Fonte: Universidade Johns Hopkins

O número de casos confirmados de Covid-19 teve uma configuração crescente entre os meses de março de 2020 e dezembro de 2021. Atingindo 1.351.261 casos em 29 de dezembro de 2021. Já a consequência mais fatal dessa doença podemos ver na Figura 8 abaixo:

Figura 7 - Nº de mortes ocasionadas pela infecção de Covid-19 entre março de 2020 e dezembro de 2021



Fonte: Universidade Johns Hopkins

O número de mortes também manteve uma configuração crescente entre os meses de março de 2020 e dezembro de 2021. Atingindo 69.457 em 29 de dezembro de 2021.

O primeiro caso de corona vírus no Brasil foi descoberto em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. Desde então, os prefeitos de cada município começaram a tomar suas providências em relação ao combate e controle do vírus. No município do Rio de Janeiro, o prefeito que estava assumindo o cargo durante o começo da pandemia, no ano de 2020 era o Marcelo Crivella e em 2021 até o momento atual tem sido o Eduardo Paes. A Prefeitura do Rio de Janeiro tem lançado variados decretos para tentar conter a contaminação pelo novo coronavírus.

### 2.3 MEDIDAS PARA A CONTENÇÃO DO NOVO CORONAVIRUS

Nos primeiros momentos, o governador do estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel lançou o decreto nº46.966 de 11 de março de 2020 onde dispõe medidas que poderão ser adotadas como isolamento, quarentena, vacinas, exames médicos, testes laboratoriais etc. para conter a contaminação pelo novo coronavírus

Prontamente, no município do Rio de Janeiro, o prefeito Marcelo Crivella lançou o decreto nº 47247 de 13 de março de 2020 onde alterou os regimes de trabalho em virtude da pandemia; e em 17 de março, com o decreto nº 47263 declarou estado de emergência. Houve muitos decretos no decorrer do tempo, e em alguns deles era perceptível o impacto causado ao trabalhador como o de nº 47284 de 21 de março de 2020 que implica no funcionamento do Bus RapidTransit - BRT – aos sábados e, também, o decreto de nº 47381 de 22 de abril de 2020 onde suspende até o dia 2 de maio o funcionamento das feiras livres que antes, no decreto de nº 47282 de 21 de março de 2020, estava podendo funcionar quinzenalmente (PGE-RJ, 2022).

No geral, as medidas de distanciamento social estavam relacionadas à suspensão de eventos, suspensão de aulas, quarentena para grupos de risco, quarentena para população, restrição de transporte, mudança de trabalho presencial para home office em algumas categorias de trabalho, mudança das aulas presenciais para aulas online e suspensão do funcionamento de estabelecimentos que possuíam algum contato social como academias (CSP, 2020), e muitas delas afetaram o financeiro das classes mais baixas como por exemplo, cessar o funcionamento do

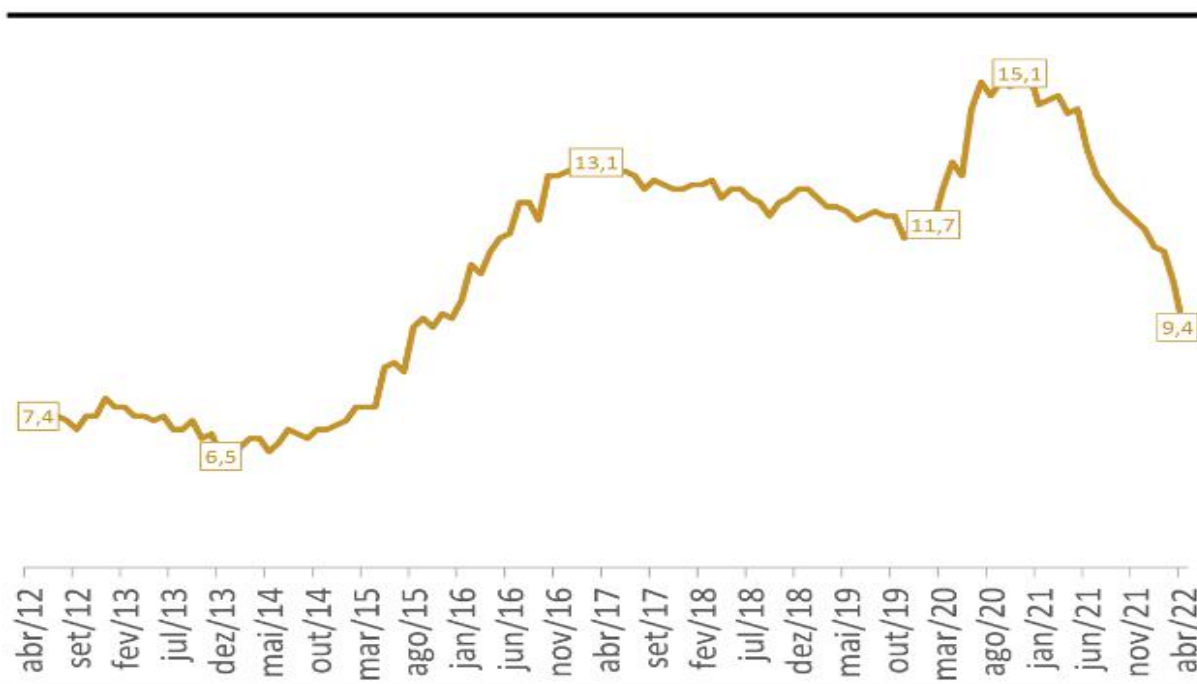
BRT fez com que as pessoas que se utilizavam daquele transporte lotassem outros transportes, aumentando assim a probabilidade de transmissão e circulação do vírus, ou deixassem de trabalhar podendo ter como consequência disso uma demissão, ou desconto do dia perdido; ou caso seja autônomo, perdido o sustento daquele dia.

## 2.4 CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2020 para o Brasil, havia começado com uma crise econômica herdada de anos anteriores onde, no primeiro trimestre de 2019, já observava uma queda de 0,2% no PIB em nossa economia (GRANEMANN, 2021).

Ao final do ano 2019 foi possível visualizar uma diminuição na taxa de desocupação (desemprego), porém, o fato é explicado pelo aumento da saída de profissionais no mercado de trabalho ao invés da entrada de novos trabalhistas (MATTEI; HEINEN, 2020). Descrevendo em números, a taxa de saída da população ocupada costumava oscilar entre 40%, mas no segundo trimestre de 2020, aumentou para 45,3%, e a taxa de entrada que ficava em torno de 40% até o fim de 2019 caiu para 27,5% nesse mesmo período de 2020 (IPEA, 2022). Abaixo podemos ver na Figura 9 as taxas de desocupação em % dos anos de 2012 até 2022.

Figura 9: Taxa de desocupação dessazonalizada (em %)



Fonte: PNAD Continua/IBGE

Observa-se na Figura 9 acima que a taxa de desocupação dessazonalizada atingiu 15,1% no mês de agosto de 2020 e teve uma queda considerável para 9,4% em abril de 2022, isso é explicado pelo aumento da população ocupada que subiu para 98,7 milhões de pessoas nesse período de abril, sendo essa a maior escala obtida pelas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como podemos observar na Figura 10 abaixo:

Figura 10: População ocupada: dados dessazonalizados (Em milhões de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE

Essa expansão de pessoas ocupadas durante o período de abril de 2022 pode ser explicada pelo aumento dos trabalhos informais que foram voltando conforme ocorreram a retirada e flexibilização das medidas de isolamento social. Cabe ressaltar que houve um aumento de mulheres (2,2%), jovens (11,8%) e trabalhadores com ensino médio, no mercado de trabalho no segundo trimestre do ano de 2021 (IPEA, 2022).

O governo utilizou-se de ações de cunho econômico para amenizar as consequências que a pandemia traria para os grupos considerados vulneráveis: trabalhadores informais, autônomos, pequenos comerciantes e trabalhadoras domésticas (MARINS et al, 2021). Cabe ressaltar que a informalidade atinge mais as populações negras e pardas, os menos escolarizados, as mulheres e a população de baixa renda de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Continua (PNAD, 2019).

Então, para o enfrentamento da Covid-19 relacionado as questões econômicas, surgiu o Projeto de Lei 13.982, em 2 de abril de 2020, no qual alterou algumas normas do LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742/93), para caracterizar as pessoas em vulnerabilidade social e assim determinar quem irá receber o Auxílio Emergencial, inicialmente no valor de 600 reais (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2020).

### 3 ESTUDO DE CASO

#### 3.1 A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A cidade do Rio de Janeiro está situada na região sudeste do Brasil. Ela é a segunda maior metrópole do país, e sua população estimada pelo IBGE em 1º de julho de 2021 era de 6.775.561 habitantes. Considera-se também como o segundo maior PIB do país, de acordo com análises do IBGE.

No censo demográfico de 2010, a composição étnica estava dividida em 3.239.888 brancos, o equivalente à 51,26% da população, 2.318.675 pardos (36,69%), 708.148 pretos (11,2%), 45.913 amarelos e 5.981 indígenas, além de 1.841 sem declaração.

E, em relação à trabalhos e rendimentos, o IBGE informa que em 2020 o salário médio dos trabalhadores formais era de 4,0 salários-mínimos, e a quantidade de pessoal ocupado (empregado) equivalia a 2.341.926 pessoas.

#### 3.2 COLETA DE DADOS

Foi utilizado, para construção desse estudo de caso, a caracterização socioeconômica da cidade do Rio de Janeiro, e com o objetivo de demonstrar os impactos na economia doméstica ocasionados pela Covid-19 foi aplicado um questionário estruturado composto por 26 perguntas de cunho fechado para moradores da cidade do Rio de Janeiro, com o feedback em torno de 200 pessoas respondendo, no qual foram discutidos os resultados obtidos.

O questionário foi realizado através da plataforma Google Forms e compartilhado por meio de redes sociais: WhatsApp e Facebook. Segue abaixo as perguntas utilizadas nesse questionário:

- 1- Qual gênero você se identifica?
- 2- Qual é a sua faixa etária?
- 3- Qual cor/raça você se identifica?
- 4- Qual é a sua escolaridade?
- 5- Qual seu estado civil?
- 6- Você possui filhos?

- 7- Em relação à moradia, qual é o tipo?
- 8- Quantas pessoas moram com você?
- 9- Quantas crianças moram com você? Considera-se criança a pessoa com até doze anos incompletos.
- 10-Quantos idosos moram com você? Considera-se idosa a pessoa com 60 anos ou mais.
- 11-Quem era o principal responsável financeiro da família antes da pandemia (2019)?
- 12-Caso tenha respondido “Eu” na pergunta acima. Qual é o seu papel na família (pai, mãe, avó, avô, tio, tia, filho, filha etc.)?
- 13-Qual era a sua situação em relação à trabalho/emprego antes da pandemia (2019)?
- 14- Se a sua resposta acima foi “empregado”, qual ramo caracterizava-se seu trabalho? (Responda “nenhum” caso tenha marcado outra opção além de empregado).
- 15- Qual setor/atividade exercia função antes da pandemia?
- 16- Caso a resposta acima seja outros, especificar qual área atuava.
- 17- Você ou alguém que colabora financeiramente na família perdeu o emprego?
- 18- Qual era a renda familiar antes da pandemia (2019)? Considera-se o valor de R\$1045,00 para o salário-mínimo.
- 19- A renda familiar durante a pandemia, no período de 2020 e 2021, aumentou ou diminuiu?
- 20- Quais despesas consumiam maior parte da renda familiar antes da pandemia?
- 21- Dessas despesas, quais delas precisaram ser cortadas ou terem seus gastos diminuídos durante a pandemia (2020/2021)?
- 22- Quais desses gastos tiveram um aumento significativo durante a pandemia (2020/2021)?
- 23- Antes da pandemia, possuía alguma ajuda financeira do governo ou igrejas/ONGs?
- 24- Se a resposta acima foi sim, qual?
- 25- Durante a pandemia, precisou receber alguma ajuda do governo e/ou igrejas e ONGs?

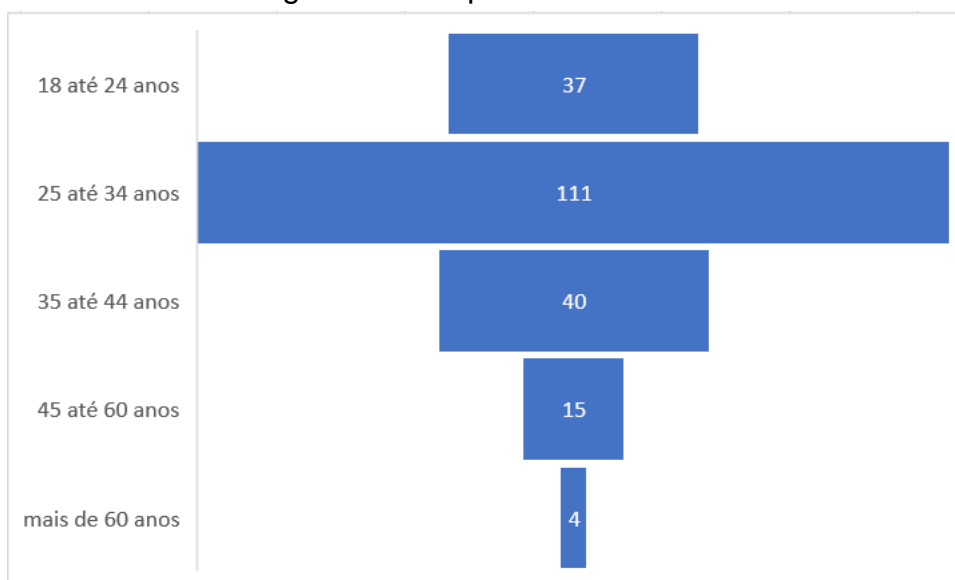
26-Na sua opinião, a pandemia durante o ano de 2020 e 2021, impactou financeiramente no seu orçamento familiar?

Este questionário teve como objetivo caracterizar algumas famílias do Rio de Janeiro e identificar os impactos das medidas de isolamento na Pandemia de Covid-19 sobre seu orçamento doméstico e o padrão de consumo.

### 3.3 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Foram coletadas 207 respostas no total, sendo 114 participantes do sexo feminino (55,1%) e 91 do sexo masculino (44%). As idades variaram entre 18 e acima de 60 anos. As frequências das faixas etárias podem ser observadas no gráfico da Figura 11, a seguir.

Figura 11: Frequência da faixa etária



Fonte: autor 2022

Observa-se então uma maior incidência entre a idade de 25 até 34 anos com 111 respostas, o equivalente à 53,3% do público participante. E uma menor incidência nas idades acima de 60 anos, com apenas 4 respostas o equivalente à 1,9%.

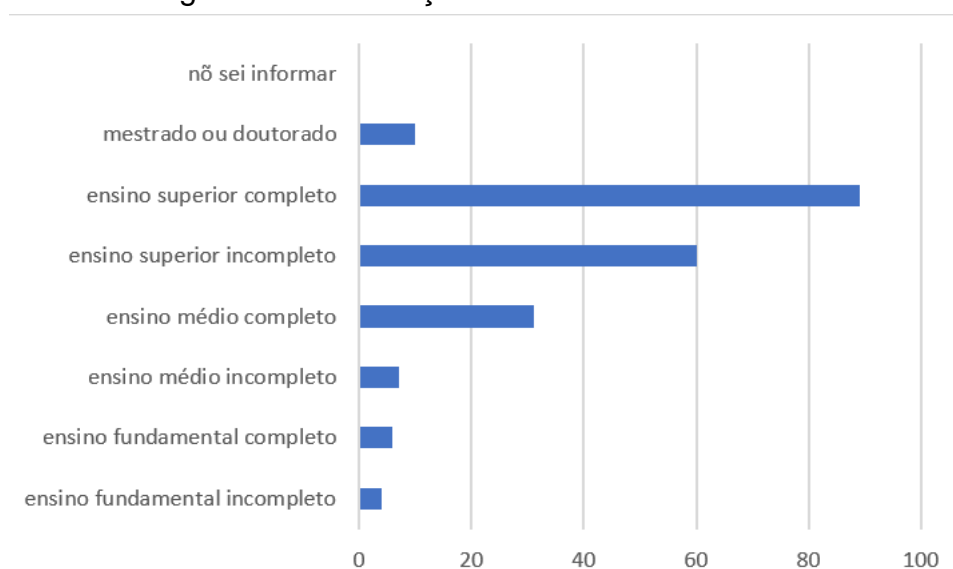
Em relação a pergunta de número 3: “Qual cor/raça você se identifica?”, 86 pessoas responderam branca, o equivalente à 41,5% da pesquisa, comprovando os



dados do censo demográfico de 2010 onde brancos representaram a maior porcentagem (equivalendo à 51,26% da população).

Quanto ao nível de escolaridade, 43% dos participantes responderam ensino superior completo. Cabe ressaltar que o resultado da faixa etária se relaciona ao nível de escolaridade e é necessário acrescentar que os participantes, em sua maioria, são colegas de faculdade da autora que voz escreve. Vide Figura 12 abaixo:

Figura 12: Distribuição do nível de escolaridade



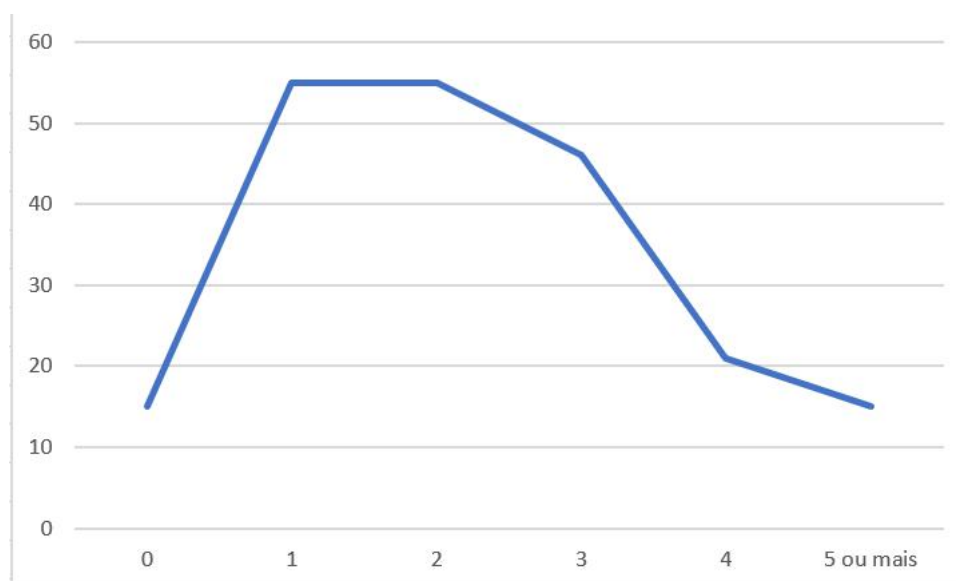
Fonte: autor 2022

É possível analisar na Figura 12 acima que o maior índice de respostas foi para ensino superior completo com 89 participações e o menor foi de ensino fundamental incompleto com 4.

### 3.4 IDENTIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Os participantes responderam com 114 respostas (55,1%), que possuem o estado civil solteiro; 131 respostas (63,3%) que não possuem filhos; 144 respostas (69,6%) que não moram com alguma criança, 162 respostas (78,3%) que não moram com algum idoso e, houve um empate sobre a pergunta de “Quantas pessoas moram com você?” com 55 respostas para apenas 1 pessoa e a mesma quantidade para duas pessoas, ou seja, a quantidade de pessoas na família variou entre 2 pessoas ou 3 pessoas conforme mostra Figura 13 abaixo:

Figura 13: Gráfico do número de pessoas que moram com o participante da pesquisa



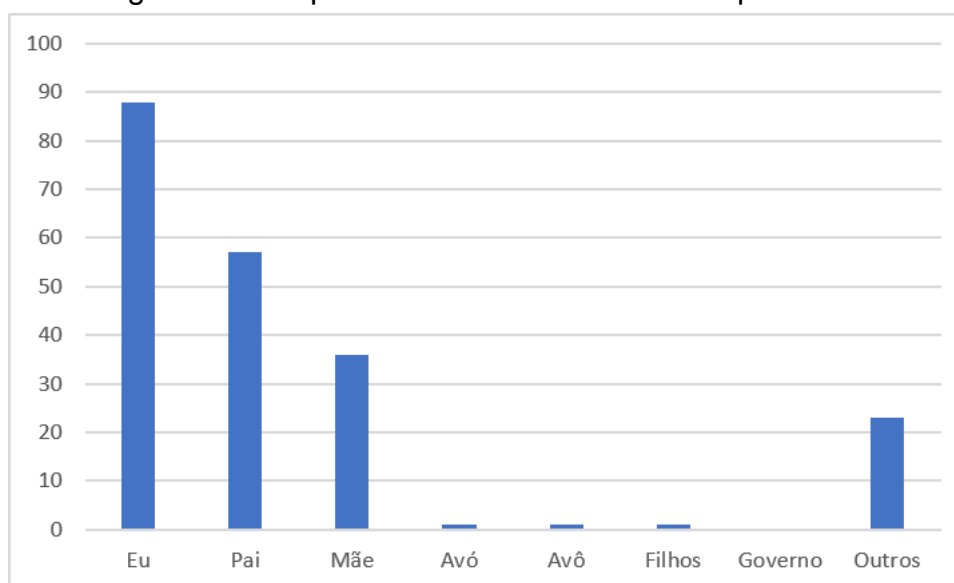
Fonte: autor 2022

Visualiza-se que os pontos mais altos do gráfico são os correspondentes à 1 e 2 pessoas que moram junto com o participante da pesquisa. Ainda podemos observar que há um número considerável de pessoas que moram com 5 pessoas ou mais.

### 3.5 PERFIL ECONOMICO DOS PARTICIPANTES

Relacionado ao tipo de moradia, 76,1% responderam ter casa própria e 23,9% responderam morar de aluguel. A resposta para o principal responsável pelo financeiro da família, antes da pandemia, teve “Eu” como resposta e logo na pergunta seguinte o “Eu” foi caracterizado como o papel de pai da família com 23 respostas correspondendo a 24,5%, sendo a maior porcentagem das categorias citadas, o restante subdivide-se em moro sozinho, sou esposa, sou o marido, moro com namorada etc. Podemos analisar esses resultados na Figura 14 a seguir:

Figura 14: Responsável Financeiro antes da pandemia

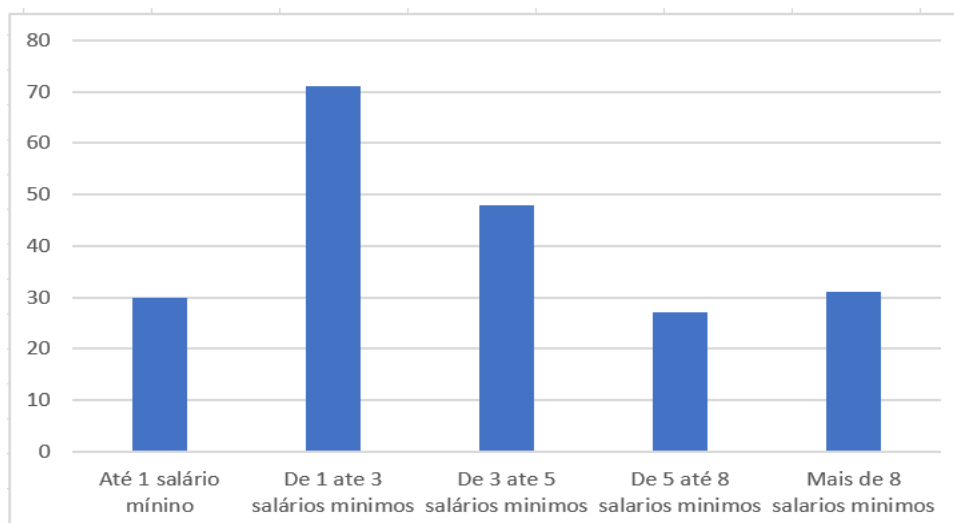


Fonte: autor 2022

Analisa-se nesta Figura 14 que a maioria dos participantes são os próprios responsáveis financeiros dentro da composição familiar e que nenhuma família, nesta pesquisa, depende do Governo como responsável financeiro.

Correspondendo às questões de trabalhos/empregos, os respondentes disseram, em sua maioria (69,9%), que estavam empregados e exerciam alguma atividade que trazia um retorno financeiro. Mas também havia pessoas cuja porcentagem de 26,2% estava desempregada. Para os que responderam que estavam empregados, foi perguntado em qual ramo caracterizava-se seu trabalho (formal ou informal), e 119 repostas, o equivalente a 57,48%, estavam direcionadas à “formal”. O salário ficou com um resultado variado como observado na Figura 15:

Figura 15: Salários



Fonte: autor 2022

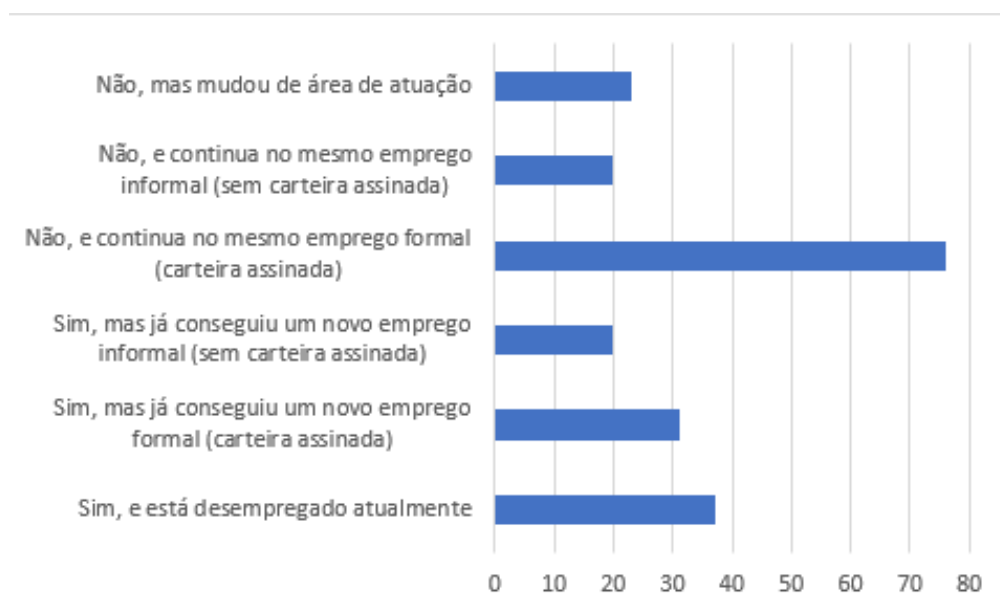
Na Figura 15 acima, podemos calcular, considerando que o valor estipulado para o salário-mínimo no questionário foi de R\$1045,00, 71 pessoas recebiam entre R\$1045,00 e R\$3135,00; 48 pessoas recebiam entre R\$3135,00 e R\$5225,00; 31 pessoas recebiam mais de R\$8360,00; 30 pessoas recebiam até R\$1045; e 27 pessoas recebiam de R\$5225,00 e R\$8360,00. E de acordo com o IBGE, em 2020 o salário médio dos trabalhadores formais era de 4,0 salários-mínimos

### 3.6 PERFIL SOCIOECONOMICO DO PARTICIPANTE DURANTE A PANDEMIA

Para esta análise socioeconômica do participante durante a pandemia foram feitas perguntas as quais procuraram entender se houve a perda de emprego, se houve diminuição na renda, descobrir alguns padrões de consumo e se houve alterações no mesmo.

Para a pergunta: “Você ou alguém que colabora financeiramente na família perdeu o emprego?” tivemos variadas respostas com uma boa porcentagem de 37,7% para a resposta “não, e continua no mesmo emprego formal”. As respostas dessa pergunta podem ser visualizadas na Figura 16 abaixo e trazem variadas interpretações do como a pandemia afetou nesse quesito.

Figura 16: situação empregatícia



Fonte: autor 2022

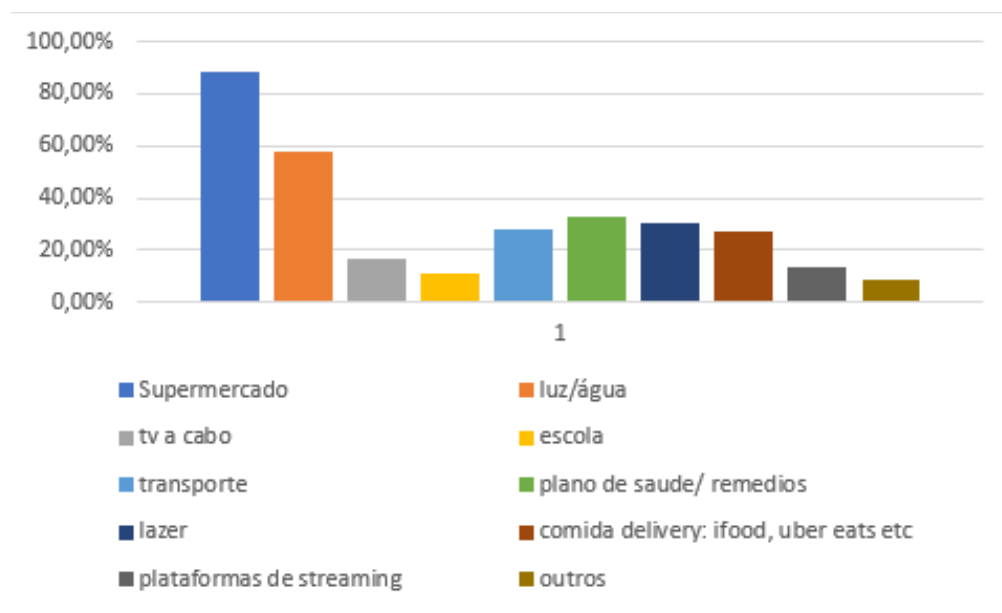
Nas respostas da Figura 16 acima, vemos que a maioria dos participantes (76 respostas) não perderam e continuaram nos seus empregos. A mesma quantidade de participantes (20 pessoas) perdeu seus empregos, mas conseguiram algo no ramo informal e outras 20 pessoas não perderam seus empregos e continuaram no ramo informal. A quantidade de pessoas que perderam seus empregos e continuam desempregadas é de 37 respondentes desse questionário. Teve quem mudou de área de atuação e, os que perderam o emprego, mas já conseguiram um novo no ramo formal.

Em relação a renda familiar, 48,5% dos participantes votaram que diminuiu com a pandemia, 29,6% responderam que não houve alteração e 21,8% votaram que a renda aumentou. Ainda sobre a renda familiar, foi perguntado se recebiam, no ano anterior a pandemia (2019), alguma ajuda de custo do governo ou ONGs e 96,6% responderam que não e apenas 3,4% responderam que sim, esses especificaram que a ajuda era proveniente ou de Auxílio-doença ou de Bolsa Família. E, durante a pandemia, 65 participantes responderam que precisaram do Auxílio Emergencial ofertado pelo Governo e 8 responderam que precisaram de ajuda de cestas básicas.

Por fim, para verificar o padrão de consumo dos participantes dessa pesquisa forma feitas perguntas sobre as despesas que mais consumiam a renda familiar antes pandemia, quais delas precisaram ter uma diminuição nos gastos durante a pandemia

e quais tiveram um aumento significativo. As Figuras 17, Figura 18 e Figura 19 mostrarão os resultados sobre esse assunto:

Figura 17: Despesas antes da pandemia

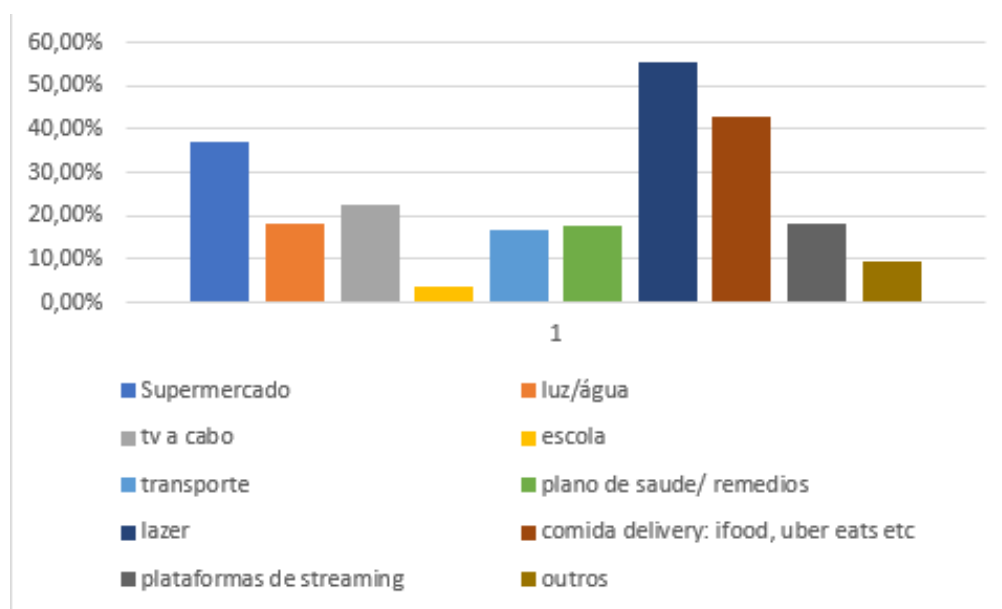


Fonte: autor 2022

Analisamos com a Figura 17 acima que as despesas que mais consumiam a renda familiar, em 2019 antes da pandemia, com quase 90% de respostas era o supermercado, logo em seguida vinha contas de luz e água com quase 60% de participação, e plano de saúde/ remédios, lazer e comida delivery estavam em torno de 30% das respostas.

Com a pandemia e alguns resultados já analisados, algumas mudanças tiveram que ocorrer nessas despesas descritas acima. Podemos verificar na Figura 18 abaixo quais despesas tiveram seus gastos cortados ou diminuídos:

Figura 18: Despesas que tiveram seus gastos/custos diminuídos

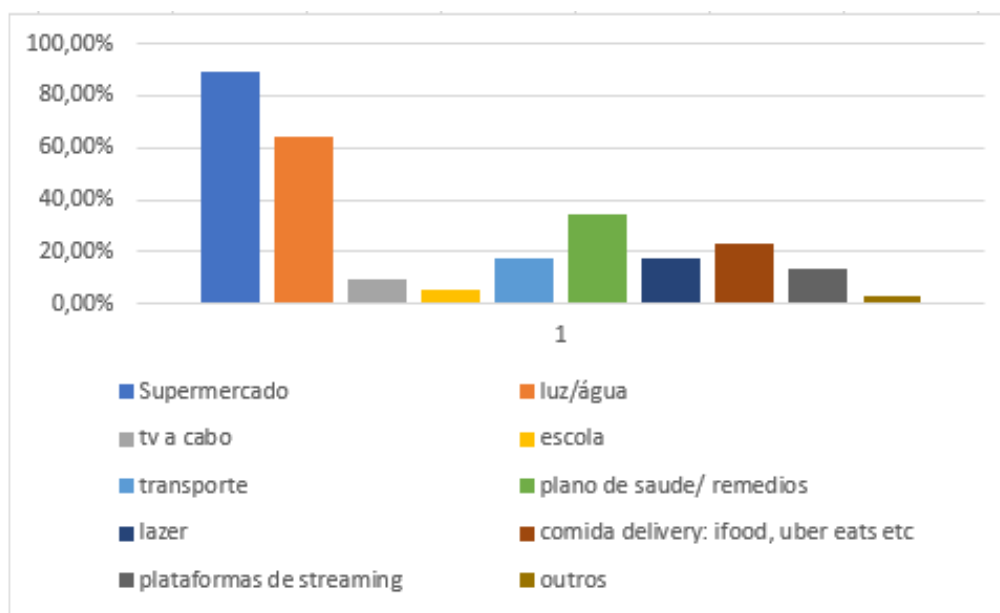


Fonte: autor 2022

As despesas que mais tiveram seus custos diminuídos, observando a Figura 18 acima, foi o lazer com quase 60% das respostas e em seguida os gastos com comida delivery. Essa diminuição de custo com lazer pode ser explicada por conta das medidas de isolamento social onde as pessoas tinham que manter essa distância social uma da outra e lugares como shopping, teatros e outros lugares que os cariocas consideram como forma de lazer estavam tendo que seguir as regras e ficarem fechados por determinados momentos.

E para concluir essa questão do perfil socioeconômico dos participantes, foi feita a seguinte pergunta “Qual desses gastos tiveram um aumento significativo durante a pandemia?” e as respostas que mais apareceram foi supermercado e luz/água, como pode-se ver na figura 19 abaixo:

Figura 19: Despesas que tiveram aumento significativo durante a pandemia



Fonte: autor 2022

As despesas que tiveram um aumento significativo nos seus gastos, de acordo com os respondentes desse questionário foi supermercado com mais de 80% das respostas e luz/água, como mostra a Figura 19. O governo pode intervir de certa forma nessas despesas, porém não houve movimentação para tal e, infelizmente, a inflação tomou conta dos produtos dos supermercados e, por conta das pessoas estarem mais tempo em casa aumentaram a utilização da luz elétrica e da água que acompanhou o aumento nos seus valores vindos em conta.

E por fim, a pergunta “Na sua opinião, a pandemia durante o ano de 2020 e 2021, impactou financeiramente no seu orçamento familiar?” teve 168 respostas “Sim” e 39 respostas “Não” concluindo o questionário.

### 3.7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Não houve tanta diferença entre os gêneros feminino e masculino participantes dessa pesquisa, porém o público na faixa etária entre 25 e 34 anos participaram em maior quantidade. Em relação a raça/etnia, o público respondeu com maior incidência na raça branca confirmando assim a pesquisa do censo demográfico de 2010 (IBGE) onde a população branca também está situada em maior quantidade na cidade do Rio de Janeiro.



Na composição familiar, a maioria não possui filhos, não moram com crianças e/ou idosos, e é formada por duas a três pessoas. O tipo de imóvel da maioria dos respondentes é a casa própria, confirmando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) Contínua de 2019, que divulga que 62,3% dos lares na região sudeste do país são próprios.

O papel de pai da família foi o que mais representou os resultados sobre o principal responsável financeiro da família, porém as mães também apareceram na pesquisa na segunda posição confirmando os estudos sobre as mulheres conquistarem autonomia e espaço no mercado de trabalho e passarem a auxiliar na renda da família e até serem as provedoras principais (BIROLI, 2014).

Em relação à salários e rendimentos, o IBGE divulgou que em 2020 o salário médio dos trabalhadores formais era de 4,0 salários-mínimos, e nos resultados da pesquisa desse trabalho, a média também ficou entre 3 a 5 salários-mínimos. Dos participantes, 76 continuaram nos seus empregos, porém 87 pessoas, em algum momento nessa pandemia, perderam seus empregos; alguns já conseguiram se realocar no mercado de trabalho e outros ainda continuam desempregados.

Quanto as medidas políticas do governo como forma de ajudar financeiramente a população, antes da pandemia, apenas 7 pessoas das 207 recebiam algum tipo de benefício, e o mais citado foi Bolsa Família. Já durante a pandemia, 65 pessoas precisaram do Auxílio Emergencial, medida estipulada pela Lei 13.982, em 2 de abril de 2020, para ajudar a população financeiramente durante a pandemia.

Os padrões de consumo foram bastante afetados por conta da pandemia, foi possível ver com os resultados que as contas de supermercados e luz e água aumentaram significativamente para os participantes. E houve uma diminuição considerável sobre a despesa lazer, por conta das medidas de isolamento social que foram lançadas conforme a pandemia se expandia. As medidas de isolamento social foi algo novo na nossa sociedade, ficar em casa todo o tempo com sua família sem poder sair, sem poder ir à lugares que tinha o costume de visitar desencadeou muitos problemas de ansiedade e estresse para as pessoas (BITTENCOUT, 2020).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 trouxe inúmeras mudanças no cotidiano da vida das pessoas tanto economicamente quanto emocionalmente. A quantidade de pessoas que vieram à óbito por causa dessa doença é de um valor devastador, não somente para nossa cidade do Rio de Janeiro mas para todo o mundo.

Economicamente falando, a situação ainda está crítica em nossa cidade, pois os preços dos produtos que se encontram nos mercados e comércios continuam oscilando e, infelizmente, o salário não tem conseguido acompanhar os aumentos que ocorrem.

Esse trabalho teve como objetivo identificar se a Covid-19 impactou no orçamento familiar dos moradores da cidade do Rio de Janeiro e, mesmo o público-alvo desse trabalho tendo sido pessoas com um salário médio transitando entre 3 a 5 salários-mínimos, o feedback que tivemos foi confirmado: houve impacto no orçamento das famílias do município do Rio de Janeiro.

As medidas tomadas pelo governo como o Auxílio Emergencial ajudou muitas pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade, mas não foi o suficiente. Foi possível ver que a ajuda de outras pessoas com doações de cestas básicas, por exemplo, também teve sua parcela de amparo.

Cabe ressaltar que a pesquisa desse trabalho não pôde alcançar um público de maiores características da classe mais baixa da sociedade por conta da autora não ter tido acesso as comunidades que se encontram no município do Rio de Janeiro. Logo, pela análise de todo o perfil dos participantes da pesquisa podemos considerá-los pessoas de classe média alta.

Concluindo, conforme contestado na literatura, o nosso país entrou no ano da pandemia (2020) com uma crise econômica advinda dos anos anteriores, e com uma alta taxa de desocupação, traz a informalidade como forma de contornar o desemprego, se tornando assim um país mais vulnerável a flutuações econômicas, principalmente numa pandemia. Sendo assim, para que se tenha uma menor consequência econômica negativa, é preciso que o Governo ofereça mais oportunidades de trabalho que garantam estabilidade aos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

BIROLI, F. **Família: novos conceitos**. Coleção Saber – Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2014. 88p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Diferença de salários entre homens e mulheres caiu em quatro anos**. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2019/03/diferenca-de-salarios-entre-homens-e-mulheres-caiu-em-quatro-anos#:~:text=Diferen%C3%A7a%20de%20sal%C3%A1rios%20entre%20homens%20e%20mulheres%20caiu%20em%20quatro%20anos,-De%202013%20a&text=A%20remunera%C3%A7%C3%A3o%20m%C3%A9dia%20das%20mulheres,de%20trabalho%20tamb%C3%A9m%20tem%20aumentado>. Acesso em 28 de março de 2021.

CUNHA, D. R.; VASCONCELOS, E. A. S.; PEREIRA, J. P. A.; MOREIRA, I. T. **Mercado de trabalho no Brasil: características da informalidade**. Revista Pesquisa e Debate, v. 25, n. 1, 2014.

GULLO, M. C. **A economia na Pandemia de Covid-19: Algumas considerações**. Revista Rosa dos Ventos, v. 12, n. 3, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=27257&t=o-que-e> Acesso em 28 de março de 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2016. **Nota técnica sobre a massa de rendimento**. Disponível em [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/Notas\\_Tecnicas/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Notas_Tecnicas/) Acesso em 28 de março de 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça - 1995 a 2015**. 2017. 5 p. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29526](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526) Acesso em 06 de Fevereiro de 2021.

JUNIOR, J. C. A. **Educação para mulheres: análise histórica da economia doméstica no Brasil**. Revista HistedBR (online), v. 13, n. 53, set. 2013, p. 275-285.

JUNIOR, R. R. F.; SANTA RITA, L. P. **Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas**. Cadernos de Prospecção – Salvador, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 459-476, abril, 2020.

LEMOS, P.; ALMEIDA-FILHO, N.; FIRMO, J. **COVID-19, desastre do sistema de saúde no presente e tragédia da economia em um futuro bem próximo**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v.2, n.4, p. 39-50, Abril, 2020.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. **Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro**. Revista de Economia Política, v. 40, n. 4, 2020, pp. 647-668

MEDINA, M. G.; GIOVANELLA, L.; BOUSQUAT, A.; MENDONÇA, M. H. M. **Atenção primária à saúde em tempos de COVID-19: o que fazer?** Revista Cad. Saúde Pública, v. 36, n. 8, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-311X00149720> Acesso em 25 de dezembro de 2020.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mulheres no trabalho - Tendências 2016**. Genebra, 2016. Disponível em [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_457096.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457096.pdf) Acesso em 28 de março de 2021.

OLIVEIRA, A. C.; LUCAS, T. C.; IQUIAPAZA, R. A. **O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre a adoção de medidas de precaução?** Texto & Contexto - Enfermagem, v. 29, Florianópolis, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. edição. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 47.247, de 13 de Março de 2020. Estabelece conjunto de ações necessárias à redução do contágio pelo COVID-19 - Coronavírus, e dá outras providências**. Disponível em [http://www.rio.rj.gov.br/documents/8822216/11086083/DECRETO\\_47247\\_2020.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/documents/8822216/11086083/DECRETO_47247_2020.pdf) Acesso em 26 de Janeiro de 2021.

VEGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12º ed. São Paulo: Atlas, 2013.

INSTITUTO BUTANTAN. **Cinco motivos que comprovam que a pandemia de Covid-19 ainda não acabou**. 2022. Disponível em <https://butantan.gov.br/noticias/cinco-motivos-que-comprovam-que-a-pandemia-de-covid-19-ainda-nao-acabou-#:~:text=A%20ideia%20foi%20refor%C3%A7ada%20pelo,at%C3%A9%20que%20termine%20em%20todos%E2%80%9D>. Acesso em 31 de março de 2022.

FIOCRUZ. **Qual a diferença entre isolamento vertical, horizontal e lockdown?**. 2020. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/pergunta/qual-diferenca-entre-isolamento-vertical-horizontal-e-lockdown>. Acesso em julho de 2022

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Pandemia, degradação social e economia da morte**. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. n 75, p. 239-243 2020, jan./mar. 2020. Disponível em [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1606779/Renato\\_Nunes\\_Bittencourt.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1606779/Renato_Nunes_Bittencourt.pdf)

CAVALCANTE, João Roberto et al. **COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020**. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, e2020376, set. 2020. Disponível em

<[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742020000400016&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400016&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 jul. 2022. Epub 05-Ago-2020. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742020000400010>. Acesso em julho de 2022

PROCURADORIA GERAL DO RIO DE JANEIRO – PGER-RJ. **Decretos**. Disponível em <https://pge.rj.gov.br/covid19/estadual/decretos>. Acesso em julho de 2022

PROCURADORIA GERAL DO RIO DE JANEIRO – PGE-RJ. **Decretos**. Disponível em <https://pge.rj.gov.br/covid19/municipal/decretos>. Acesso em julho de 2022

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA **Visão Geral da Conjuntura**. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/taxa-de-desocupacao/#:~:text=Desempenho%20recente%20do%20mercado%20de%20trabalho%20e%20perspectivas,-21%20de%20dezembro&text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnua,encerrado%20em%20abril%20de%202020>. Acesso em julho 2022

GRANEMANN, Sara. **Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira**; Scielo Brasil. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00305>. Acesso em julho de 2022

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2017. **Panorama Rio de Janeiro**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>

CSP – Cadernos de Saúde Pública. 2020. **Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID 19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado**. Disponível em <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1183/medidas-de-distanciamento-social-para-o-enfrentamento-da-covid-19-no-brasil-caracterizacao-e-analise-epidemiologica-por-estado>

MARINS, M.T; Rodrigues, M. N; Silva, J. M. L; Silva, K. C. M; Carvalho, P. L. **Auxílio Emergencial em tempos de pandemia**. Scielo Brasil. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>

DIARIO OFICIAL DA UNIÃO. 2020. **Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2020. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019**. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf)

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Pandemia, isolamento social e colapso global**. Revista Espaço Acadêmico, n 221, 2020. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827/751375149744>